



Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

## INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA ACESSIBILIDADE<sup>1</sup>

### SOCIAL INCLUSION THROUGH ACCESSIBILITY

**Tainara Kuyven<sup>2</sup>, Raíssa Castro Schorn<sup>3</sup>, Claudio Luiz Queiroz<sup>4</sup>, Tarcisio Dorn de Oliveira<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> Estudo teórico desenvolvido no programa de mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI

<sup>2</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI. Bacharel em Engenharia Civil pela UNIJUI.

<sup>3</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI. Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNIasselvi. Bacharel em Design de Interiores pela UNIVALI.

<sup>4</sup> Doutorando em Engenharia pela UPF. Mestre em Engenharia pela UPF. Bacharel em Engenharia Civil pela UNIJUI.

<sup>5</sup> Pós Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela IMED. Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UNICRUZ. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Exatas e Engenharias (DCEEng/UNIJUI).

### RESUMO

O termo acessibilidade se refere aos conceitos reais de cidadania e inclusão social, já que a cidadania é uma questão de exercer seus direitos como cidadãos. A preocupação com o bem estar, segurança, qualidade de vida e acessibilidade, principalmente de pessoas com mobilidade reduzida tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, e desta forma, através de uma revisão bibliográfica, o presente intenta refletir a acessibilidade no meio urbano e o seu impacto na sociedade. A pesquisa envolve levantamentos bibliográficos com o objetivo de melhorar a compreensão do tema, deste modo, pesquisas têm mostrado que, desde o seu início, a sociedade sempre acaba por dificultar a vida dos deficientes, privados em alguns casos, direitos simples, como "ir e vir", ou seja, impedindo o deficiente de frequentar estabelecimentos devido a inadequados ou mesmo inexistentes acessibilidade, observa-se então que é necessário criar um ambiente seguro e organizado que oferece a todos a oportunidade de participação na sociedade. Fica, portanto, evidente que a acessibilidade se torna um direito de todos e uma forma efetiva de inclusão social, deixando de restringir o acesso de determinadas pessoas que possuem algum tipo necessidade especial.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Deficiências.

### INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos os debates acerca do tema acessibilidade na arquitetura e na engenharia civil vem adquirindo cada vez mais importância, uma vez que tornam necessário a inclusão de disciplinas relacionadas ao projeto arquitetônico e desenho urbano, visto que para adaptar lugares já existentes para todas as pessoas se faz necessário o investimento financeiro



(CORRÊA et al, 2004). Ainda podemos perceber que na atualidade, se faz cada vez maior a exigência de que a sociedade busque incluir pessoas com deficiência, deixando de lado eventuais preconceitos, entretanto não podemos afirmar que estas pessoas não irão se deparar com dificuldades e limitações diárias no âmbito da acessibilidade (SCHUQUEL E AZAMBUJA, 2016).

Assim, de acordo com Brasil (2000), introduzir pessoas com deficiências físicas, ou mobilidade reduzida no dia-a-dia significa proporcionar as mesmas o direito de participar, interagir e utilizar, bem como ir e vir. Incluindo socialmente todas as pessoas, num processo onde a sociedade se adapta para recebe-las, e, estas pessoas, por sua vez, conseguem realizar suas ações, relações e interações dentro da sociedade.

Sasaki (2009), apresenta que o termo acessibilidade nasceu na década de 1940, com o surgimento dos serviços da reabilitação física e profissional, estendeu-se pela sociedade nos anos de 1950, atingiu o meio acadêmico na década de 1960, transpôs a preocupação com as barreiras arquitetônicas na década de 1970, ampliou-se aos projetos arquitetônicos em 1980 e, por fim, expandiu-se com o desenho universal na década de 1990.

Atualmente este conceito ampliou-se e a acessibilidade configura-se como um exemplo da inclusão, pois entende-se que os obstáculos são mais complexas e vão muito adiante da questão mobilidade (CARNIEL, 2010). Dessa forma, é uma grande evolução para a sociedade, principalmente para as pessoas com deficiência, quando o termo de acessibilidade deixa de só se referir as barreiras arquitetônicas e sobrevém a ideia de acessibilidade como o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços a disposição na sociedade.

## **METODOLOGIA**

Na elaboração deste ensaio teórico observou-se o estudo exploratório, onde tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais claro. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. No caso, a pesquisa em questão, envolveu um levantamento bibliográfico que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, pois a partir dos dados obtidos, realizou-se análise e interpretação das informações, mesclando-as de



maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema, transcrevendo as discussões e resultados de maneira simples e direta através de informações relevantes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com ABNT (2015) a acessibilidade é um elemento fundamental em todos os âmbitos de convívio social, principalmente em espaço públicos e de lazer, que devem atender às necessidades de todas as pessoas e proporcionar igualdade nas suas experiências. Segundo a Norma Brasileira (NBR) 9050 a palavra acessibilidade é definida pela possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, transportes e outros tipos de instalações abertos ao público, sendo de uso coletivo, por pessoas portadoras de alguma deficiência ou não.

No entanto a estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre incapacitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade, onde essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas (MACIEL, 2000). Nessa perspectiva, por exemplo, até os dias de hoje, muitos estudantes, funcionários e professores enfrentam comumente limitações em sua vida diária, onde essas limitações estão intimamente relacionadas a problemas de acessibilidade em seus locais de estudo, trabalho e lazer, ou seja, às condições que permitam a autonomia e a participação social do sujeito, podendo interferir ou prejudicar o seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico, o que por sua vez acaba por contribuir para a sua exclusão social (CARNIEL, 2010).

Carniel et al. (2010) ressalta que pessoas com deficiência enfrentam comumente limitações em sua vida diária, limitações que estão intimamente relacionadas à problemática da acessibilidade, ou seja, às condições que permitam o exercício da autonomia e a participação social do sujeito, podendo interferir ou prejudicar no seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico, contribuindo para a sua exclusão social. Assim, nos últimos anos, muito se tem falado na acessibilidade para as pessoas com deficiência, porém poucos são os estudos e pesquisas sobre a sua efetiva realização dentro do contexto diário da vida urbana.

As dificuldades encontradas por portadores de alguma deficiência ou diminuição de mobilidade são imensas, e para sensibilizar executivos de empresas privadas, técnicos de órgãos públicos e educadores sobre essa questão, é preciso que sejam realizados vários e vários estudos



teóricos e práticos, onde um sentimento de omissão seja apresentado, para que consciente ou inconscientemente, em técnicos, executivos e burocratas, quando necessitarem decidir sobre o atendimento às necessidades dos portadores de deficiência se atentem a decidir pelo caminho mais inclusivo e acessível a população. Dessa forma, nota-se que em municípios e estados, não existe uma política efetiva de inclusão que viabilize planos integrados de urbanização, de acessibilidade, de saúde, educação, esporte, cultura, com metas e ações convergindo para a obtenção de um mesmo objetivo: resguardar o direito dos portadores de deficiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Maciel (2000) o processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem. Entretanto, observa-se que cada vez se tem uma maior necessidade de integração de meios mais acessíveis e igualitários, através de políticas sociais constituídas para promover a integração, a participação e o combate à exclusão, onde a inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos.

A partir disso, se faz necessário que os governos, em todos os âmbitos administrativos, busquem formas de alcançar essa acessibilidade igualitária e sem barreiras, onde toda a população possa ter a liberdade de se locomover e transitar por todos os ambientes sem necessitar da ajuda de outro indivíduo, podendo exercer com plenitude todas as suas atividades cotidianas. No entanto, ainda há muito o que fazer, tanto no que se refere a políticas sociais de inclusão, quanto em investimentos que promovam a implantação e a manutenção de infraestruturas acessíveis. É necessário também que medidas de inclusão social sejam adotadas o mais rápido possível, em todos os locais, e que sejam vistas como algo natural e necessário, a fim de retirar esse grupo da marginalização, para que desfrutem de sua cidadania em sua forma completa.

Dessa forma, uma sociedade acessível é pré-requisito para uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade que reconhece, respeita e responde às necessidades de todos os seus cidadãos (BUENO, 2007).

## AGRADECIMENTOS

Opcional. Pode ser usado para fazer referência a fontes de financiamento.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Brasileira De Normas Técnicas. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Decreto n. 10098, p.1, de 19 de Dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 2000.
- BUENO, C. L. R.; PAULA, A. R. Acessibilidade no mundo do trabalho. São Paulo: SORRIBRASIL, 2007.
- CARNIEL, Luciane; PACHECO, Wagner Artemis; LINDEMAYER, Cristiane Kroll; SILVA, Larissa Dall' Agnol da. Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. Revista Ciência em Movimento. ano XII, n. 23, 2010.
- CORRÊA, Andréia Lopes Muniz et al. **Acessibilidade e cidadania:** barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiências físicas. In: CORRÊA, Edison José; CUNHA, Eleonora Schettini Martins Cunha; CARVALHO Aysson Massote (Orgs.) (Re)conhecer diferenças, construir resultados. Brasília: UNESCO, 2004.
- MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. Perspectiva, v. 14, n.2, p.51- 56. 2000.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.
- SCHUQUEL, J. F; Azambuja, C. M. O DIREITO À ACESSIBILIDADE. 2º Encontro Missionário de Estudos Interdisciplinares em Cultura. Santo Ângelo, V.2 2016.
- SILVA, I. A. Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 107f. Dissertação Mestrado em História. Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.
- TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. Ciência da Informática, n.31, p. 83-91, 2002.

**O resumo expandido deve ter, no mínimo, 3 páginas e, no máximo, 5.**